

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo, para o caminho de Abril



Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita
N.º 3 - Março 2006

Lutar, Crescer! Por um Portugal com futuro!

85 Anos do PCP



Milhares de pessoas participaram, no dia 4 de Março, em Almada, no comício comemorativo dos 85 anos do PCP. Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP, salientou:

"Enganaram-se todos aqueles que esperavam ver-nos desiludidos, desanimados, abandonando objectivos e ideais, deixando cair o sonho, o projecto político, a acção revolucionária. Enganaram-se todos aqueles que, confundindo desejos com realidades, determinaram, nos seus escritos e profecias, o deffinamento irreversível do PCP.

Afinal frustrando tão intensos desejos, tão violentas e sofisticadas campanhas, expressas em toneladas de papel e quilómetros de fita, aqui estamos de pé, determinados e confiantes a olhar e a caminhar para a frente, num tempo em que surgem e persistem ameaças e perigos sombrios, mas não perdendo de vista a linha de horizonte, nem o percurso que temos de percorrer com as nossas energias, com a nossa combatividade e convicção, transportando o nosso projecto transformador e emancipador."

Páginas centrais

Exploração desenfreada

Muitos dos portugueses que hoje emigram são explorados, maltratados e mesmo escravizados.

Página 4

PS chumbou propostas

O PS inviabilizou, na Assembleia da República, as propostas do PCP de apoio efectivo ao movimento associativo das comunidades portuguesas.

Página 9

Eleições na Emigração

O factor mais relevante continua a ser o da forte abstenção e confirma-se a justeza da ida às urnas da candidatura de Jerónimo de Sousa.

Página 3

85 Anos

Por um Portugal com Futuro

No passado dia 6 de Março assinalou-se os 85 anos de existência do PCP aos quais corresponde uma história heróica de trabalho e luta em defesa dos interesses de Portugal e do povo português. Ao longo da sua vida o PCP foi a única força política organizada que resistiu e deu combate ao fascismo, que esteve na primeira linha da luta pela liberdade e pela democracia, contribuindo decisivamente para a derrota do fascismo e construção da Revolução de 25 de Abril e que teve um papel determinante na construção das transformações revolucionárias de Abril e na sua consagração na Constituição da República de 1976.

Foi ainda o PCP que, de forma incondicional, esteve na luta de resistência ao avanço do processo contra-revolucionário e na luta contra a política de direita prosseguida por sucessivos governos do PS, PSD e CDS/PP que conduziram ao desmantelamento de importantes conquistas sociais e laborais, ao desfiguramento da democracia política e ao comprometimento da independência e soberania nacional.

A força e longevidade do PCP é resultado do desenvolvimento de uma permanente intervenção e actividade em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, de uma acção determinante na promoção da luta das massas em articulação com a intervenção nas instituições, confirmando-se como o grande Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, patriótico, internacionalista, imprescindível para a defesa dos interesses do povo e do país.

O PCP, ao longo dos tempos, nunca esqueceu nem abdicou na sua intervenção de lutar pelos direitos de sucessivas gerações de homens e mulheres que tiveram de procurar fora do seu país a melhoria das suas condições de vida.

Hoje, como no passado, os milhões de portugueses emigrados podem continuar a contar com o PCP na luta pelas suas justas reivindicações e pela exigência do cumprimento dos seus direitos consagrados na Constituição da República.

No actual momento, fruto de acentuação da política de direita prosseguida pelo Governo do PS/Sócrates, os emigrantes portugueses têm razões para avolumarem as suas preocupações quanto à salvaguarda dos seus direitos constitucionais.

Um ano após a tomada de posse do actual governo do PS o balanço possível da sua acção, no que concerne às Comunidades Portuguesas, representa a continuação de uma situação de desresponsabilização e desinvestimento, no seguimento de práticas governativas anteriores.

A acção governamental, apesar das permanentes promessas, não deu resposta aos muitos problemas da nossa diáspora. O alargamento, reestruturação e modernização da rede consular continua por fazer. A garantia do ensino da língua portuguesa e a promoção das nossas especificidades culturais não estão salvaguardadas. Os direitos dos trabalhadores e das suas famílias, nalguns países, estão longe de ser defendidos e garantidos. O apoio ao movimento associativo para que possa alargar a sua acção está muito aquém do necessário. Os problemas dos ex-militares continuam por resolver. O importante papel do Concelho das Comunidades por insuficientes meios está limitado.

Neste contexto, o PCP apela ao desenvolvimento da luta contra esta política que não só não resolve os problemas como os agrava. O PCP reafirma a necessidade de uma ruptura democrática e de esquerda com a política de direita prosseguida pelo actual governo, no quadro da exigência de uma política de esquerda por um Portugal com Futuro.

Ao assinalar o seu 85º aniversário, o PCP, reafirma a sua determinação para prosseguir a luta por uma verdadeira política ao serviço de Portugal e dos portugueses, uma política de independência nacional de relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Ao assinalar o seu 85º aniversário, o PCP e todo o seu colectivo partidário, no seguimento das conclusões do seu XVII Congresso e da decisão tomada pelo Comité Central de fazer do ano de 2006 o "ano de reforço do Partido", vai com todo o empenho e determinação confirmar, que "Sim é possível um PCP mais forte!", para continuar hoje, como durante estes 85 anos, a travar as lutas do dia-a-dia, a afirmar o nosso projecto de transformação da sociedade liberta de todas as formas de opressão e exploração, o socialismo e o comunismo.

Tal como no passado, os trabalhadores, o povo português, podem continuar a contar com o Partido Comunista Português.

Manuela Pinto Ângelo
Secretariado do CC do PCP ●



O "Avante!" fez 75 anos

Há pessoas que não lêem jornais. É pena, porque não basta ouvir. A leitura de uma notícia ajuda à reflexão. Há pessoas que só lêem jornais desportivos. A sua leitura pode ser muito interessante, mas não ficam informados sobre o País e o Mundo em que vivemos. Há pessoas que lêem apenas os jornais diários. Têm uma informação, nem sempre objectiva e muito incompleta, sobre a realidade. É preciso ler o "Avante!" para ficar a conhecer o Mundo do Trabalho e as grandes causas que fazem progredir a Humanidade!

O "Avante!" nasceu em 15 de Fevereiro de 1931, na sequência da reorganização do PCP que, em 1929 e sob a direcção de Bento Gonçalves, abriu caminho para a formação dum verdadeiro do partido do proletariado, marxista-leninista, partido da classe operária portuguesa, o Partido Comunista Português, partido que marcou decisivamente toda a vida política, social e cultural do nosso País.

Foi o jornal que mais tempo se manteve na clandestinidade, a nível mundial – 43 anos! Hoje mantém o seu carácter de classe, ligado às causas dos trabalhadores e às suas reivindicações, virado para o presente e para o futuro. Com 75 anos de publicação, o "Avante!" continua a proclamar:

Proletários de todos os países, uni-vos! ●

Assinaturas

50 números: Europa - 115€ / Fora da Europa - 165€ ●

www.comunic.pcp.pt
rádio do PCP na internet   

COMUNIC é o nome rádio do PCP na Internet. Vai para o ar todas as quintas-feiras, entre as 15 e as 18 horas (hora de Lisboa). Para ouvir basta aceder ao endereço www.comunic.pcp.pt. É um espaço com emissões muito diversificadas, onde os ouvintes podem participar por telefone (351 21 781 38 24) ou mail (comunic@pcp.pt), colocando opiniões e questões. ●

Receba em casa em MOVIMENTO

Ligue para (351) 21 781 38 00 ou envie o seu nome e morada completa para:
DÔE do PCP Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa

Em MOVIMENTO

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telefone: (351) 21 781 38 00
Fax: (351) 21 781 38 32
e-mail: emigracao@pcp.pt
site: www.pcp-emigracao.org
N.º de contribuinte: 500940673

Director
João Armando

Colaboraram neste número

Anselmo Dias
Eduarda Arinheira
José Cavaco
Manuela Pinto Ângelo
Manuel Gomes da Silva
Rui Fernandes
Rui Paz
Teresa Soares

Impressão: Grafisa,
R. José Gomes Ferreira, 16
Vale Mourão - 2735-604 Cacém
Periodicidade: Quadrimestral
Tiragem: 2.000 exemplares ●

Eleições na Emigração

MARCADAS POR FORTE ABSTENÇÃO

Após conhecimento do resultado final das eleições para o Presidente da República, a Direcção da Organização na Emigração do PCP procedeu à análise desses resultados tendo emitido o comunicado que aqui transcrevemos.

Na Emigração o factor mais relevante continua a ser o da forte abstenção. Votaram cerca de 19 mil eleitores, ou seja 10% dos inscritos no conjunto dos círculos eleitorais das Comunidades Portuguesas.

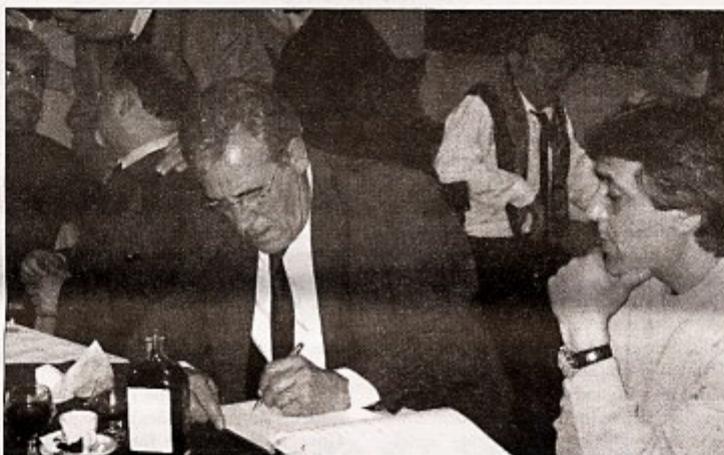
Na emigração, Cavaco Silva também ganhou à primeira volta. De sublinhar, no entanto, os sinais contraditórios entre os resultados da Europa e dos outros continentes e mesmo entre países. Enquanto na Europa Cavaco Silva não consegue obter a maioria absoluta, nos restantes continentes obtém mais de 65%. É, ainda, na Europa que o candidato da direita e dos grandes grupos económicos obtém resultados mais baixos, como por exemplo: 36,3% na Bélgica, 40,2% na Holanda e 43,7% na Suíça.

Com a vitória de Cavaco Silva não foi o país que ganhou em estabilidade mas sim a política de direita e as condições para ser prosseguida. A eleição de Cavaco Silva, como insistentemente dissemos, vai estimular os sectores mais conservadores da direita e do grande capital a abocanhar ainda mais os recursos e a riqueza nacional, tornando, assim, mais exigente e complexa a luta por uma ruptura democrática e de esquerda tão coerentemente defendida por Jerónimo de Sousa na campanha eleitoral.

Quanto à candidatura de Jerónimo de Sousa, também na emigração, pelos resultados obtidos, confirma-se a justeza desta candidatura e da sua ida às urnas. Os resultados mostram claramente que se tivesse havido, por parte do PS, a mesma determinação da candidatura apresentada pelo PCP muito provavelmente Cavaco Silva não teria obtido a maioria de 50,6% que lhe permitiu ser eleito à primeira volta. Jerónimo de Sousa registou 4,6%, no conjunto dos dois círculos da emigração, uma subida em relação ao candidato do PCP nas eleições presidenciais de 2001, o mesmo acontecendo em relação às últimas eleições legislativas nas quais a CDU obteve 3%. Na Europa o resultado foi mais expressivo, Jerónimo de Sousa obteve 7,6% enquanto que nas legislativas a CDU registou na Europa 4,1%. De sublinhar ainda os resultados obtidos por Jerónimo de Sousa na Bélgica (15,5%), na Holanda (13,4%), na Inglaterra, Suíça e Angola (10%). O resultado obtido na Alemanha (7,6%) constitui o valor mais elevado obtido neste país, desde sempre, pelo PCP.

A Direcção da Organização na Emigração do PCP saúda todos aqueles – militantes do PCP, outros democratas independentes e apoiantes doutras forças políticas – que, com a sua acção e o seu apoio, deram força a esta candidatura apresentada pelo PCP, nomeadamente

Eleição para a Presidência da República - 22 de Janeiro 2006										
Continentes	Inscritos	Votantes	Branco	Nulos	Garcia Pereira	Cavaco Silva	Francisco Louçã	Manuel Alegre	Jerónimo Sousa	Mário Soares
Europa	101128	9599	62	42	45	4739	371	1900	680	1760
		9,49%	0,65%	0,44%	0,5%	49,9%	3,9%	20,0%	7,2%	18,5%
África	11362	1630	5	2	2	1436	12	68	29	76
		14,35%	0,31%	0,12%	0,1%	88,5%	0,7%	4,2%	1,8%	4,7%
América	61471	6400	11	35	48	5107	80	301	105	713
		10,41%	0,17%	0,55%	0,8%	80,4%	1,3%	4,7%	1,7%	11,2%
Ásia e Oceânia	13148	1211	29	13	23	766	32	126	39	183
		9,21%	2,39%	1,07%	2,0%	65,5%	2,7%	10,8%	3,3%	15,7%
TOTAL	187109	18840	107	92	118	12048	495	2395	853	2732
		10,07%	0,57%	0,49%	0,6%	64,6%	2,7%	12,8%	4,6%	14,7%



Jerónimo de Sousa no Centro Português de Osnabruck, Alemanha

quando da deslocação de Jerónimo de Sousa à Alemanha e Bélgica.

Contrastando com a vitalidade da campanha de Jerónimo de Sousa, no PS reinou as hesitações e ambiguidades que mais não fizeram do que ampliar as possibilidades eleitorais de Cavaco Silva. Os dois candidatos da área do PS obtiveram 27,5% (total da emigração), muito aquém dos 44,1% obtidos pelo PS nas eleições legislativas.

Também na Emigração os resultados confirmam, tal como é afirmado no comunicado do Comité Central, reunido após as eleições: *que mais que uma 'derrota da esquerda' a eleição de Cavaco Silva traduz sobretudo uma derrota dos que, promovendo ou caucionando a política de direita, contribuíram para o desânimo e desesperança de largos sectores da população portuguesa; dos que fazendo coro contra os partidos e idolatrando a 'cidadania' em abstracto (como se a participação partidária não fosse uma expressão plena de cidadania e uma conquista de Abril), alimentaram a desconfiança contra a política e os políticos, que Cavaco Silva soube na mesma linha, capitalizar.*

A abstenção registada na Emigração merece uma atenção particular, que deve

ser tratada de forma séria e responsável. No entender do PCP não basta o Governo tomar medidas apenas visando facilitar o recenseamento eleitoral, é necessário que implemente, igualmente, medidas que facilitem o acesso dos eleitores ao voto, o que passa por uma efectiva descentralização de assembleias de voto. O Governo do PS não tomou, nas eleições presidenciais agora ocorridas, as medidas que se impunham e que a lei prevê. Bem pelo contrário, reduziu o número de mesas de voto relativamente às eleições presidenciais de 2001, que teve em funcionamento 95 assembleias de voto, enquanto que nas eleições presidenciais realizadas este ano este número reduziu para 78. Este é, também, o reflexo do encerramento de consulados decidido pelo Governo PSD/CDS-PP medida que o PS, em campanha eleitoral, prometeu corrigir mas até agora nada fez.

No entender do PCP o elevado índice de abstenção, perto dos 90%, não deve pôr em causa a intenção de generalizar, a todos os actos eleitorais na Emigração, o voto presencial, intenção já reafirmada por diversas vezes pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, e desde há muito defendido pelo PCP.

A intervenção do candidato do PCP,

no que diz respeito às comunidades portuguesas, contribuiu não só para dar uma maior visibilidade aos seus problemas e anseios, mas também para situar as responsabilidades e competências do órgão Presidente da República no rigoroso respeito pela Constituição da República Portuguesa.

É um facto que compete aos governos governar. É um facto que compete ao Presidente da República verificar se a acção governamental respeita os princípios constitucionais.

Decorridos que estão quase trinta anos da aprovação da Lei Fundamental do País, constatamos que ela está muito longe de ser cumprida pelos sucessivos governos, designadamente: garantir a protecção dos portugueses emigrados, bem como assegurar o ensino da língua e cultura portuguesa e o acesso à cultura portuguesa dos filhos dos emigrantes.

A eleição de Cavaco Silva, por aquilo que ele representa mas, também, por aquilo que fez enquanto primeiro-ministro, aliado às orientações e práticas políticas do actual Governo, leva-nos a crer que só pela luta e acção reivindicativa das comunidades os seus problemas poderão ser resolvidos, nomeadamente:

- uma melhor qualidade dos serviços consulares, que respondam aos crescentes problemas com que estão confrontados milhares de portugueses que hoje emigram em condições de grande precariedade;

- o reforço da rede do ensino do português no estrangeiro;

- o apoio ao movimento associativo e aos jovens de forma reforçar os seus laços com Portugal;

- o respeito e valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas;

- pôr termo à injusta situação em que se encontram os ex-militares no que diz respeito ao regime jurídico para efeito de contagem de tempo para a reforma.

O PCP reafirma a sua firme e inabalável determinação em continuar a apoiar e a lutar pelas justas aspirações e reivindicações das comunidades portuguesas. ●

EXPLORAÇÃO DESENFREADA

A nossa memória já não consegue reter todos os acontecimentos e notícias de portugueses que são explorados, maltratados e mesmo escravizados por esse mundo fora e em particular na União Europeia.

O país mais paradigmático será porventura a Holanda. Graças à persistente intervenção dos representantes das comunidades portuguesas, com particular destaque para a secção local do Conselho das Comunidades Portuguesas, há já largos meses que este tema tem preenchido colunas de jornais, noticiários de rádios e espaços televisivos.

O Governo português, assim como as autoridades holandesas, manifestam-se preocupados (ao menos isso...), mas o tempo passa e as situações permanecem inalteradas: redes mafiosas, onde se cruzam várias nacionalidades, ao serviço de empresas dos mais diversos sectores da economia, usam e abusam da tão propagada livre circulação de trabalhadores.

Enquanto uns enriquecem (os empregadores e empresários), outros (os trabalhadores) recebem umas migalhas e muitas vezes também maus-tratos.

Já perdemos também conta às intervenções na Assembleia da República e no Parlamento Europeu às iniciativas dos deputados comunistas, confrontando, ao longo dos anos, o poder político com situações concretas de compatriotas nossos apanhados nas apertadas malhas da contratação em condições muito precárias nomeadamente para a Holanda, o Reino Unido, a Espanha, a Bélgica e a Alemanha, em actividades tão diversas como a agricultura, a construção, as plataformas no mar, etc.

Estas realidades mostram-nos que não se alteraram as razões que impõem ao Governo português a obrigação de manter serviços consulares para intervir em defesa dos interesses e direitos dos cidadãos portugueses que, vítimas das políticas de direita seguidas por governos do PS, PSD e CDS, são obrigados a procurar no estrangeiro emprego e melhores condições de vida.

Aquilo a que estamos a assistir, e que muitos dos portugueses que hoje emigram estão a sentir na pele, é a consequência do modelo económico imposto pela globalização capitalista que fomenta a exploração de quem vive do seu trabalho.

É por isso fundamental continuar a denunciar e a lutar, no plano nacional e no âmbito da União Europeia, contra as medidas de total desregulamentação de legislação que ainda vai garantindo direitos sociais de quem trabalha.

Foi possível derrotar a (mal) dita "constituição europeia", que também nesta matéria dava passos de gigante.

Foi possível impor alguns recuos na proposta de directiva de liberalização dos serviços que ficou conhecida pelo nome do seu autor Bolkestein (também holandês). Directiva que visa "estabelecer um quadro jurídico que suprima os obstáculos à liberdade de estabelecimento dos prestadores de serviços e à livre circulação dos serviços entre os Estados-membros". Linguagem simpática que significa afinal a liberalização dos serviços públicos e a sua entrega aos grandes grupos económicos, assim como a possibilidade de contratar trabalhadores nos países com salários mais baixos, para os levar a traba-



Muitos dos portugueses que hoje emigram estão a sentir na pele a consequência do modelo económico imposto pela globalização capitalista

lhar noutros países, mandando "às urtigas" o princípio da igualdade de tratamento entre trabalhadores.

Holanda

Sobre a situação na Holanda ouvimos José Xavier, membro do Conselho das Comunidades Portuguesa naquele país.

— Tem sido notícia a contratação de portugueses em condições precárias para a Holanda. Como caracteriza esta situação?

— Infelizmente, em muitos dos casos não existe contrato escrito, mas somente um acordo verbal, que deixa o trabalhador de mãos e pés atados. Os trabalhadores vêm para a Holanda após resposta a anúncios em jornais que lhes oferecem uma série de condições, teoricamente aceitáveis. Mas depois, na prática, traduz-se numa série de problemas, porque normalmente a entidade patronal não respeita o acordado quanto a salários, horários de trabalho, habitação, seguros de saúde, impostos etc, etc.

Grande parte destes trabalhadores vem para a agricultura, particularmente no trabalho de estufas, que na Holanda é muito abundante.

As empresas que prestam serviços nestas áreas são muitas, dirigidas por empregadores turcos que há vários anos têm experiência destes trabalhos.

— Que resposta tem sido dada pelas autoridades portuguesas?

— Alguns, mais bem informados, recorrem ao Consulado Geral de Portugal em Roterdão e, infelizmente, não conseguem resolver os seus problemas.

O Consulado não lhes consegue dar resposta, a única coisa que lhe oferece é repatriamento, mais nada.

Há cerca de 4 anos reformou-se o assistente social do Consulado. Neste momento, este lugar está vago. Ou seja, foi quando aumentou a procura de apoio social e jurídico que o Governo de Portugal decidiu não substituir o funcionário. Devo dizer que por diversas vezes tenho alertado para esta situação. Infelizmente, sem qualquer resposta.

— E as autoridades holandesas?

— Neste momento, as autoridades Ho-

landesas têm demonstrado que estão preocupadas. Mas, infelizmente para estes portugueses, os holandeses estão mais preocupados com a imagem do país. Já lhes foi dito para fazerem actuar os serviços de fiscalização profissional e social, mas até agora nada. Politicamente, terão de ser encontrados mecanismos de protecção destes trabalhadores que não são só de nacionalidade portuguesa. Acontece o mesmo com polacos e trabalhadores oriundos de outros países do Leste Europeu.

Existe neste momento uma grande investigação sobre estes aspectos. Esperamos que a situação possa ser solucionada brevemente.

— Ao mesmo tempo que "choviam" notícias sobre situações muito graves, o Governo retirou de forma abrupta a conselheira social da embaixada...

— Este é o maior erro que já vi nos últimos tempos, em termos de apoio às comunidades portuguesas.

Ou seja, com esta atitude, o Governo português deixa o campo livre e permite que todo o processo de investigação de ambos os governos fique sem ninguém a acompanhá-lo. Ou seja, a sra. conselheira social, Isabel Martins, é uma pessoa dedicada profissionalmente e foi o suporte de algumas centenas de pessoas que a contactavam a pedir auxílio, dado que o consulado não o prestava. A conselheira social, trabalhou com este assunto dia e noite, muitas vezes pagando do seu próprio bolso alguns apoios a estes trabalhadores. Juntou documentação e possui conhecimento da matéria como ninguém no Governo português. Sem olhar à sua dedicação, foi exonerada como muitos outros conselheiros que nada fizeram em prol das comunidades e não cumpriam as funções para que tinham sido contratados. Ou seja, estamos perante uma situação em que a cegueira económica deste Governo serve até para sancionar pessoas que são dedicadas demais (conforme me foi respondido pelo Embaixador de Portugal), sendo equiparadas àqueles que nada produzem. Isto é de bradar aos céus!

Nas questões práticas, o que vai acontecer é muito grave porque nem a Embaixada nem o Consulado vão dar apoio a estes

trabalhadores. Ainda há dias, o Senhor Embaixador, numa conversa que teve comigo, informou-me que a responsabilidade futura destes assuntos será do consulado, embora ele próprio reconheça as dificuldades operativas deste serviço.

Ainda é mais grave o facto de o Senhor Embaixador ter desqualificado a comunidade portuguesa na Holanda.

Grupo Parlamentar do PCP pede presença do Ministro com a "máxima urgência"

Na sequência dos graves acontecimentos na Holanda, seguidos da exoneração da conselheira social da Embaixada de Portugal em Haia, a deputada do PCP Luísa Mesquita endereçou uma carta a solicitar a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros na Comissão para prestar esclarecimentos sobre esta deplorável situação.

Este pedido data de 2 de Fevereiro. À data do fecho de redacção desta nossa edição o ministro ainda não tinha respondido.

No Parlamento Europeu em defesa dos emigrantes

A deputada Ilda Figueiredo dirigiu um conjunto de perguntas à Comissão Europeia relacionadas com discriminações que atingem trabalhadores portugueses:

Nas plataformas de prefuração no Mar do Norte...

"Na sequência de anteriores perguntas sobre a discriminação dos trabalhadores portugueses nas plataformas de prefuração do Mar do Norte, designadamente na Holanda, pelas multinacionais Universal Sodech Neth. Bv. e Maersk Oil and Gas, tendo em conta que estamos no Ano Europeu da Mobilidade, solicito à Comissão que me informe das medidas que está a tomar para resolver esta situação, designadamente quanto aos direitos salariais, à segurança social e aos transportes."

...e os direitos dos trabalhadores na Holanda

"A Federação da Comunidade Portuguesa na Holanda alertou, recentemente, para os atropelos aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos da União Europeia, destacando os problemas dos trabalhadores temporários e das taxas que têm que pagar para adquirir o documento que comprove o direito de permanência.

Assim, solicito à Comissão Europeia que me informe do seguinte:

— Como é que se pode compreender que, estando consagrado nos tratados o princípio de livre circulação de pessoas, mesmo depois de obtido o direito de residência permanente, o governo holandês exija aos cidadãos de outros países membros da UE o pagamento de uma taxa elevada, o que não acontece com os holandeses?

— Será que, agora, no Ano Europeu da Mobilidade finalmente estes problemas vão ser resolvidos, pondo fim às discriminações e assegurando uma efectiva mobilidade, liberdade de circulação de pessoas e de escolha da sua residência permanente?

— Que medidas vão ser tomadas para pôr fim às situações de exploração e autêntico escravagismo a que os trabalhadores sazonais são sujeitos na Holanda, depois de recrutados em Portugal por pseudo empresas de subaluguer de mão-de-obra e empregadores sem escrúpulos?"

Ensino de Português no estrangeiro

Mais inimigos que amigos

O Ensino Português no Estrangeiro, isto é, os cursos de Língua e Cultura Portuguesa (LCP) destinados aos filhos dos trabalhadores portugueses nos vários países da Europa e África do Sul, têm no momento mais inimigos que amigos.

O que mais espanta é que esses inimigos se encontram onde menos se esperava, pois pertencem a um grupo de responsáveis cujo objectivo principal deveria ser a protecção dos direitos dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

Neste momento estão o Ministério da Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Estado das Comunidades, encabeçada pelo secretário de Estado dr. António Braga, a conjugar esforços para acabar, de vez, com os cursos de LCP no estrangeiro e privar os cidadãos portugueses de um direito consagrado na Constituição, enfatizando o EPE como uma despesa a reduzir a todo o custo.

Estes responsáveis políticos não fazem menção à necessária expansão da oferta do ensino português e à divulgação da cultura portuguesa, e não houve uma só palavra de reconhecimento pelo trabalho que os professores têm desenvolvido ao longo dos anos.

Pelo contrário, os professores são uma classe a abater e os cursos um processo a extinguir, oferecendo-se aos membros das Comunidades, no caso de quererem continuar a estudar a sua língua e cultura, alternativas que são inaceitáveis e ofensivas.

Propõem, por exemplo:

Substituir, progressivamente, as aulas existentes por cursos na Internet. Assim, os alunos poderão aprender em casa.

Integrar a Língua Portuguesa como disciplina nos currículos escolares dos países



de acolhimento. O Português poderá ser leccionado por professores alemães, suíços, etc, sem despesas para Portugal.

Contratar (pressupõe-se que a baixo preço) professores oriundos das Comunidades para leccionar nos cursos de LCP que restarem.

Assim, na primeira alternativa torna-se como certo que todos os portugueses no estrangeiro têm computador em casa e que as crianças e jovens são auto-didatas natos e vão aprender sozinhos, sem professor que os oriente e faça a indispensável ligação humana e afectiva com a cultura do país de origem.

Sou professora há cerca de trinta anos. A visão de uma criança de, por exemplo, dez anos, na Alemanha ou na França, sentada isolada à frente de um computador a

tentar aprender Português faz-me rir, pela sua inverosimilitude, e horroriza-me, por ser talvez o futuro que lhe destinam...

A segunda alternativa é escandalosa. Portugal desresponsabiliza-se completamente e deixa o ensino do Português às crianças portuguesas por mãos alheias. O importante é evitar despesas!

Além disso, é utópico esperar a integração da Língua Portuguesa como disciplina nos currículos dos países de acolhimento. Na maioria dos mesmos é apenas necessário aprender uma língua estrangeira e outros, como a Suíça ou o Luxemburgo, coexistem duas ou mais línguas locais, cujo ensino tem, logicamente, prioridade.

Não são mencionados os alunos dos quatro primeiros anos de escolaridade, onde não se aprende nenhuma língua estrangeira.

As crianças portuguesas no estrangeiro terão assim 4 anos para "esquecer" a sua língua materna e irão depois aprendê-la a partir do quinto ou sétimo ano como língua estrangeira, leccionada por professores estrangeiros. Perspectiva aterradora.

A terceira alternativa é ainda mais utópica e revela completo desconhecimento da realidade.

Infelizmente, a grande maioria dos alunos portugueses não consegue sequer frequentar os cursos de Ensino Secundário que dão acesso à Universidade e não pode por isso obter qualificação para o ensino.

Alguns jovens oriundos das Comunidades frequentam cursos superiores em Portugal, mas quantos haverá com a habilitação para este tipo de ensino?

E, mais ainda, quantos, dos poucos existentes, quererá leccionar num sistema que paga mal e não oferece garantias de futuro?

Ou será que a intenção que se encontra por trás é que os cursos de LCP, em vez de serem leccionados por professores habilitados, sejam entregues a indivíduos com habilitação mínima ou inexistente, que já têm uma actividade profissional segura e que "não se importam" de leccionar algumas horas para melhoria de rendimentos?

Os objectivos são claros:

Terminar, a todo o custo, com o actual sistema de ensino de LCP, com fins exclusivamente economicistas, e substituí-lo por um ensino sem qualidade e da responsabilidade dos países de origem.

Para quem deveria ser responsável, é demasiada a irresponsabilidade e inevitável o desfecho. A continuar assim, teremos, daqui a dez ou vinte anos, portugueses no estrangeiro para quem a sua língua e cultura serão primeiro estranhas e mais tarde desconhecidas.

Maria Teresa Nóbrega Duarte Soares
Professora de LCP na Suíça

AS COMUNIDADES NA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

Em 2006 celebra-se o trigésimo aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, documento que consagrou o fundamental da Revolução Democrática e Nacional de Abril de 1974.

Logo no início do Preâmbulo, ao constatar-se que "a 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos mais profundos, derrubou o regime fascista", a CRP situa a origem da nossa democracia na luta de meio século dos trabalhadores e do povo português pela sua libertação do regime opressor em que assentava o poder explorador dos latifundiários e das 11 famílias mais ricas de Portugal, cada uma proprietária do seu banco, do seu sector da indústria. Espírito Santo, Manuel de Melo, Champalimaud... são alguns dos nomes e das famílias que se apoderaram da economia portuguesa servidas pela ditadura de Salazar.

Com Abril surgiu a esperança de pôr fim ao abandono a que o fascismo tinha condenado a emigração portuguesa e de acabar com o pesadelo de atravessar as fronteiras a salto e do trabalho clandestino no estrangeiro, em muitos casos sem quaisquer direitos.

O 25 de Abril é, não só um dos momentos mais altos dos 850 anos da nossa his-

tória, mas foi também o momento em que Portugal e os portugueses readquiriram a dignidade, deram à Europa e ao Mundo lições de coragem e demonstraram como se luta pela democracia. Assim também o sentiram as comunidades portuguesas que saudaram o 25 de Abril e o Movimento das Forças Armadas em inúmeras manifestações espontâneas em todo o mundo, cantando o hino nacional e agitando milhares de bandeiras portuguesas, com as lágrimas nos olhos.

O "ensino do português para os filhos dos emigrantes" assim com a "protecção dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro" passaram a ser direitos constitucionais e um dever do Estado. Mas, infelizmente, a política de encerramento de consulados e a desresponsabilização cada vez maior por parte dos governos portugueses pela rede de ensino do português junto das comunidades, tem vindo a pôr em causa esses direitos.

No momento em que a soberania de Portugal se encontra cada vez mais ameaçada por políticas antinacionais, submetidas aos interesses e ao poder hegemónico dos Estados Unidos e das grandes potências europeias, é importante salientar que o artigo 1.º da CRP define "Portugal como uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana". A existên-

cia de Portugal como Estado soberano, livre e independente, é uma condição fundamental para a garantia da existência futura das nossas comunidades. Senão corremos o risco de vir a ser um povo sem Estado que nos defenda numa UE comandada pelos países mais poderosos e pelos interesses egoístas dos grandes grupos económicos. Não menos grave é o facto de Portugal, trinta anos depois do fim da guerra colonial e da libertação dos povos das antigas colónias, se encontrar de novo envolvido em ocupações e agressões militares contra outros povos, como acontece no Iraque, no Afeganistão ou nos Balcãs, contrariando o imperativo constitucional que exige o respeito "dos direitos dos povos, da igualdade entre Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade" (Art. 7.º).

As comunidades portuguesas estão interessadas numa política internacional assente nos princípios constitucionais, para que possam construir o seu futuro em segurança num clima de paz e de amizade com todos os povos do mundo. ●

Rui Paz

Ignorância ou má fé?

Posteriormente às declarações de José Xavier de *En Movimento* (pág. 4), o porta-voz do MNE declarou ao Diário de Notícias, entre outras coisas, que a Holanda "não tem comunidade" que justifique a presença da conselheira naquele país. José Xavier reagiu aqueles comentários:

"Ao afirmar que só estão registados na Holanda 3000 portugueses é preciso esclarecer o seguinte: primeiro, que as estatísticas oficiais holandesas apontam para 16 mil portugueses a viver neste país; segundo, que independentemente dos números, existe uma situação que afecta muitos outros portugueses (não considerados nestas estatísticas) soberamente conhecida da opinião pública e das autoridades portuguesas que não aconselha a exoneração da conselheira social.

Perante estes factos sou obrigado a concluir no imediato duas coisas: 1.º é de que os registos oficiais portugueses estão deveras desactualizados e a necessitar que se proceda urgentemente ao recenseamento da população portuguesa na Holanda e provavelmente nos outros países da Europa; 2.º as declarações do porta-voz do MNE são preocupantes e revelam ignorância ou má fé." ●

Lutar, Crescer! Por um Portugal com futuro!

85 Anos do PCP

O PCP e a emigração portuguesa há 32 anos como hoje

Nos dias 26, 27 e 28 de Janeiro de 1974 realizava-se em Bruxelas a Conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa. Na delegação do PCP participaram, entre outros, Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues e Pedro Soares. Um dos temas abordados foi o da emigração. Numa intervenção de Mário Pinto, colaborador do Comité Central, afirmava-se a necessidade de acompanhar os problemas dos emigrantes portugueses e do fenómeno da emigração em geral. Lê-se na intervenção:

"Nos países capitalistas europeus, assumem proporções cada vez maiores e revestem-se de importância crescente os problemas da imigração e da emigração". (...) "Portugal é um país de emigração, um dos países que tem reserva de mão-de-obra barata aos países imperialistas. Entre 1961 e 1972 saíram da sua Pátria, um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil portugueses, 67% dos quais foram para a França, e 8% para a Alemanha Federal". (...) "Portugal é o país da Europa que ocupa o último lugar, seja quanto ao desenvolvimento industrial, seja quanto ao desenvolvimento agrícola. É o país da Europa que tem a mais baixa capitação." (...) "O Partido Comunista Português considera que os emigrados portugueses (...) devem fazer ouvir a sua voz sobre os destinos e a política do seu país. Por esse motivo, e tendo no mais apreço a ajuda internacionalista, o PCP não pode renunciar ao trabalho político entre os emigrados portugueses a fim de os ganhar para a luta antifascista, para fazer triunfar a causa da democracia e da liberdade em Portugal".

Esta intervenção foi feita há 32 anos. A análise nela contida quanto à emigração e à defesa dos interesses dos portugueses mantém-se actual. O PCP continua a ser o único partido português a analisar de forma objectiva, as causas e consequências da emigração portuguesa e a defender firmemente a organização e a participação dos portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro. ●

«O PCP é mais preciso do que nunca»

Na semana em que se assinalou os 85 anos do PCP, Jerónimo de Sousa foi entrevistado pelo "Avante!". Em Movimento publica algumas passagens da entrevista ao Secretário-geral do PCP.

Para as comemorações dos 85 anos do PCP, o Comité Central salientou a importância de afirmar o seu «projecto político e ideológico». De que se fala quando se refere este projecto?

(...) Vamos comemorar 85 anos de um Partido com uma longa história, uma história ímpar se comparada com a de qualquer outra força. Mas, sustentado nesta história, o Partido continua a ter um projecto. Somos, como costumamos dizer, um Partido com mais projecto que memória. Um projecto assente na sua ideologia, no seu ideal e no seu programa de transformação social, de luta pela democracia e pelo socialismo.

De que forma este projecto poderá contribuir para a solução dos problemas que afectam o País?

Nos últimos trinta anos tem sido praticada uma política de direita. Tal como se inscreve no nosso Programa e que o XVII Congresso confirmou, a questão da alternativa está colocada. (...) No seu programa de «uma democracia avançada no limiar do século XXI», o PCP considera necessária uma ruptura com esta política de direita e o encetar de uma política de esquerda, que considere essenciais as quatro vertentes da democracia: democracia política, económica, social e cultural. Uma política que, conjugando estas quatro vertentes e tendo como grande referência a Constituição, resolva os problemas do País e do povo.

Há quem diga que não faz sentido ter como prioridade a luta no espaço nacio-



nal, devido à natureza internacional do capitalismo...

(...) Vivemos num espaço planetário e seria um erro se nos fechássemos a essa realidade. Temos como tese fundamental o facto de sermos um Partido patriótico e internacionalista. Não vemos possibilidades de desenvolver uma luta mais global, «por cima», se desprezarmos a luta do nosso País e do povo concreto que temos. É evidente que não podemos subestimar as novas realidades impostas pela globalização capitalista e pela divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a melhor forma de dar uma contribuição positiva para a luta mais geral é começar por lutar pela resolução dos problemas dos trabalhadores, de Portugal.

(...)

Os três actos eleitorais realizados desde o XVII Congresso representaram

sucessos eleitorais para os comunistas. Fala-se muito do «efeito Jerónimo»...

(...) Eu acho que os comentadores, os analistas e os jornalistas não entendem – e não entendem mesmo por razões estruturais – esta verdade de que as nossas capacidades individuais, quando exercidas, vão sempre no sentido de reforçar o nosso colectivo partidário, o tal colectivo que tem um projecto e um ideal.

E não se pode procurar esquecer que, para além do secretário-geral, houve nas legislativas, nas autárquicas e nas presidenciais a contribuição de milhares de militantes e amigos do Partido. Uma contribuição anónima, um esforço militante que não se vê e não fica registado, mas que reforça esse colectivo. Há um «efeito Partido», onde está o Jerónimo, mas não há um «efeito Jerónimo» para o Partido.

Então o que foi decisivo, o Congresso?

Sim, esse talvez tenha sido o «efeito» mais criativo e realizador, na medida em que o XVII Congresso foi um grande congresso de afirmação. Este deve ser o ponto de partida para avaliar os resultados eleitorais. Foram três batalhas eleitorais realizadas logo a seguir ao Congresso, mas isso não pode ensombrear aquela dinâmica que surgiu na preparação do Congresso e durante a sua realização, em que ficámos municiados de uma resolução política que não tratava fundamentalmente de eleições, mas sim de uma questão decisiva, o reforço da organização e da intervenção do nosso Partido. Isso foi fundamental para os êxitos eleitorais e para o reforço orgânico do Partido.

(...)

Nos últimos tempos, temos apelado muito à esperança e à confiança dos trabalhadores e do povo. No entanto, Ca-





vaco Silva vence as eleições e o Governo do PS agrava a política de direita...

(...) A direita conseguiu o que procurava há mais de 30 anos: apoderar-se da Presidência da República. Se aliarmos esta vitória da direita com a realização de políticas de direita por parte do PS, faz com que consideremos que os combates próximos vão ser de grande dureza. Mas continuamos a afirmar que a dificuldade não significa impossibilidade.

(...)

Falamos muito de uma política alternativa à política de direita. Que alternativa é esta, já que parece estar-se perante um regime de «política única»?

Nós temos uma alternativa. Não é possível separar a democracia política da económica, social e cultural. Caso uma destas vertentes seja ofendida ou mutilada, é o próprio regime democrático que fica mais empobrecido. As questões da democracia económica implicam consequências na democracia política. O capital está sem freio nos dentes e nós vemos os lucros fabulosos da banca e dos grandes grupos económicos. Por razões da sua natureza, vão querer mais lucros e isto provoca uma contradição insuportável para quem defende o regime democrático. Este ataque aos direitos dos trabalhadores resulta da natureza do capitalismo. Perante a reacção e a luta dos trabalhadores e de outras camadas, há uma tendência para mutilar a própria democracia política.

O PS anunciou a possibilidade de alterar as leis eleitorais. Ou seja, começam por limitar as liberdades individuais e colectivas dos trabalhadores, nomeadamente os seus direitos colectivos – o direito à contratação colectiva e à greve – para atingir os seus direitos individuais. Mas, com receio da luta e de que o PCP continue a crescer e a afirmar-se, pensam em

alterar a lei eleitoral para a Assembleia da República, nomeadamente com os círculos uninominais. É um quadro inquietante.

Face à actual arrumação das forças políticas, como se fará essa alternativa?

Esta perspectiva tenderá a ser prolongada, de grande exigência, de construção de convergências com organizações sociais e com personalidades que hoje se inquietam em relação ao futuro. É através da unidade na acção, de lutas e causas concretas, que criamos as condições para essa alternativa. O próprio PS, prisioneiro por opção das políticas de direita, conhece hoje no seu seio um certo mal-estar.

Estamos perante um processo que tenderá a ser mais ou menos longo conforme a capacidade que tivermos de mobilizar os trabalhadores e outras camadas sociais. São estes que, conjuntamente com o seu Partido, conseguirão criar as condições objectivas e subjectivas para essa alternativa.

(...)

Que exemplo se pode colher nos oitenta e cinco anos de luta do Partido para enfrentar os duros combates que se avizinharam?

Não há um exemplo concreto. A história do nosso Partido é feita de milhares de exemplos, de milhares de comunistas. A história deste Partido, da sua fundação, da sua resistência, da sua vitalidade, passou sempre pelo papel que os trabalhadores tiveram nele. Durante a resistência, no processo de construção da democracia, e hoje, fazendo frente à ofensiva do capitalismo e do neoliberalismo. O melhor da sua história e da sua luta, os exemplos mais fascinantes têm a ver com os trabalhadores e a sua luta. E é por isso que somos este Partido, com esta natureza e com esta identidade.

Sem qualquer culto da personalidade, e entre milhares de heróis, de construtores do nosso Partido, penso que neste primeiro ano sem Álvaro Cunhal teremos de lembrar nestas comemorações dos 85 anos do Partido. Foi um exemplo de revolucionário, do político, do homem de coragem, do grande patriota, do grande internacionalista, que marcou este Partido.

O Partido nasce em 1921, inspirado e impulsionado pela experiência da Revolução Socialista de Outubro de 1917, na Rússia. Hoje, essa experiência não existe mais e o PCP cá está, mantendo o objectivo da construção de uma sociedade socialista...

Só uma precisão. Penso que a grande experiência da Revolução de Outubro não desapareceu. A implementação de um modelo que, em muitos aspectos, contrariava a génese dessa grande experiência revolucionária levou à sua derrota. Mas foi uma experiência pioneira. O comunismo nasceu no século XX, com uma experiência histórica que provou ser possível a felicidade humana através de um grande processo colectivo.

A nossa raiz foi, de facto, fundada nessa grande experiência revolucionária e mantemos o que de mais genuíno ela tem, adaptando-a ao nosso povo e ao nosso país.

Por isso, este Partido Comunista, com um grande enraizamento na sociedade portuguesa, tem alamedas para caminhar. Talvez ainda sejamos fustigados por esta ofensiva tremenda, com uma correlação de forças profundamente desfavorável aos trabalhadores e às forças progressistas e revolucionárias. Mas é com base neste projecto e na experiência acumulada de 85 anos que nós temos condições para continuar a participar neste fascinante processo histórico. E continuamos a considerar que o socialismo é a alternativa ao capitalismo. Não há outra solução. ●

Agenda do PCP nas Comunidades

MARÇO

Aniversário do Partido

- Neuchâtel (Suíça), no dia 4, jantar
- Thun e Sion (Suíça), no dia 11, jantar
- Genebra (Suíça), no dia 12, almoço
- Nemours (França), dia 25, jantar
- Paris (França) dia 26, almoço
- Bruxelas (Bélgica), dia 25, jantar
- Dudelange (Luxemburgo), dia 26, almoço
- S. Paulo (Brasil), dia 11
- Luanda (Angola), dia 12

- Assembleia da Organização na Alemanha, em Leverkusen, dias 25 e 26.

ABRIL

- Na Holanda, em Amsterdão, convívio no dia 29

MAIO

- Assembleia da Organização, em Angola, dia 21
- Reunião de militantes do PCP na Europa, dias 20 e 21, no Luxemburgo.

JUNHO

- Festa Nacional do PCP na Suíça, dia 4
- Assembleia da Organização na Bélgica, (ainda sem dia marcado).

SETEMBRO

- Festa "Avante!", pavilhão Emigração, dias 1, 2 e 3
- Festa "Humanité" na região de Paris, participação com espaço próprio, dias 9 e 10

NOVEMBRO

- Assembleia da Organização na Região de Paris.
- Assembleia da Organização na Suíça. ●

DÉFICE ORÇAMENTAL – uma história mal contada (*)

É raro o dia em que a questão do défice orçamental não venha referida na comunicação social, quer por iniciativa do actual e anteriores governos, quer sob outras origens, nomeadamente por parte dos chamados comentadores e analistas políticos.

Invariavelmente, todos eles estão de acordo.

Há, dizem eles, funcionários públicos a mais, a par de excessivas despesas sociais, daí a necessidade de "apertar o cinto" e reduzir as funções sociais do Estado, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e segurança social.

Nível de fiscalidade

Convergentemente à teoria de que os encargos salariais da função pública são elevados e que as funções sociais do Estado exorbitam a nossa possibilidade financeira, a direita utiliza um outro argumento e que é o seguinte: os impostos pagos pelas empresas são muito elevados. Mas não, não é verdade!

De acordo com os dados da OCDE, reportados a 2004, a média da União Europeia, antes do último alargamento, era de 40,6% relativamente ao PIB. A nossa cifra era em 34,9% do PIB.

Com valores mais baixos encontrava-se apenas a Irlanda.

Estes números não surpreendem. Com tanta economia subterrânea, com tanta contabilidade falsificada, com tantos benefícios fiscais, com tantos contribuintes de elevados rendimentos a, nas barbas da administração fiscal, sub-declará-los, com o off-shore da Madeira, não admira que o nível de fiscalidade em Portugal, salvo o caso especial da Irlanda, seja o mais baixo da União Europeia (a 15).

O que admira é a desfaçatez dos governantes e seus acólitos dizerem o contrário, na convicção de que uma mentira mil vezes repetida transforma-se em verdade.

O que é que eles não dizem sobre as grandes fortunas?

Há na comunicação dos governantes (todos eles), nos jornais e televisões, um silêncio de chumbo sobre uma realidade que constitui um crime lesa-coesão social e que deriva de tudo o atrás referido.

Trata-se da forma como está distribuída a riqueza do país.

De acordo com o Eurostat, reportado a 2001, (hoje, seguramente, a situação será bem pior) Portugal era, no conjunto dos 15 países da União Europeia, aquele que apresentava o maior fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres.

Para uma melhor avaliação desta assimetria vejamos o seguinte:

- De acordo com o estudo da Unicef sobre a "Situação Mundial da Infância, 2005" cerca de 200.000 portugueses viam com menos de 1 dólar por dia. Repete-se: menos de 1 dólar por dia (página 132 da publicação citada);

- De acordo com as Estatísticas da Segurança Social havia no 1º trimestre de 2003 (actualmente este valor é inferior) cerca de 290.000 beneficiários do então rendimento mínimo garantido, a quem cabia uma prestação mensal média de 51 euros (Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2003, páginas 31 e 33);

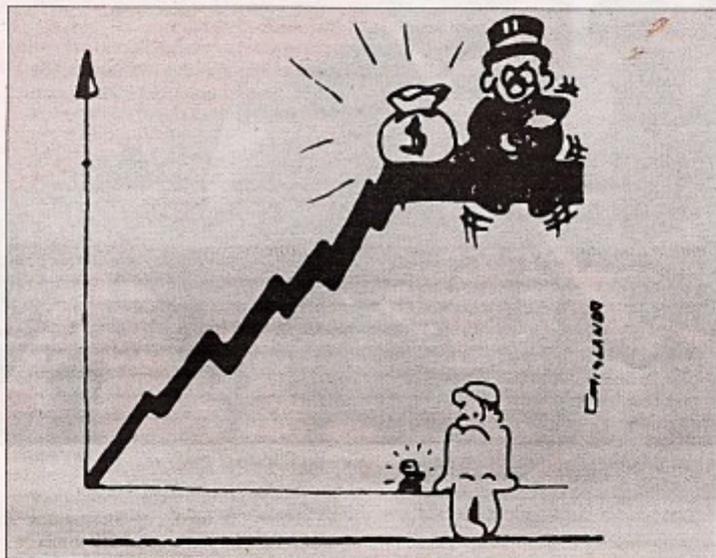
- De acordo com os Anuários Estatísticos das Regiões havia, em 31/12/2003, 2.541.458 reformados e pensionistas do Sistema Público de Segurança Social a quem, em média, cabia uma pensão de 245 euros (Anuário Estatístico da Região

Algarve, página 127);

Das situações atrás referidas, dada a sua dimensão, vamos considerar que os 20% mais pobres, em Portugal, correspondem a 2 milhões de pensionistas e reformados.

Neste caso teríamos:
- os 20% mais pobres teriam um rendimento anual de 6.860 milhões de euros;
- os 20% mais ricos teriam um rendimento anual de 44.590 milhões de euros.

Importa sublinhar que a par da função



predadora do capitalismo, expressa na apropriação das mais-valias, há a crescer a ganância de quem não se contenta com um qualquer lucro, mas com um lucro maximizado, opções não só bem instaladas em Portugal, mas igualmente bem protegidas pelo rotativismo político em Portugal do "ora agora eu, ora agora tu" do PSD e PS e vice-versa. E para quem, a este propósito, tenha dúvidas, basta analisar a fortuna conjunta dos 10 mais ricos de Portugal, avaliada em 7.552.000.000 euros, e indagar como é possível que tais bilionários tenham, não só aquela imensa fortuna como, em período de crise económica, visto o seu capital aumentar, no último ano, em 24,6%, 19,4% e 12,7%, como foram os casos, respectivamente, de José Manuel de Mello, Queiroz Pereira e Belmiro de Azevedo. A estes, aos governantes e à generalidade dos comentadores políticos que enxameiam as televisões e as colunas dos jornais, ficam, desde já, duas perguntas:

- para se construir tais, e outras, fortunas quantos milhares de trabalhadores e reformados foram atirados para situações de grande debilidade económica e para a miséria?

- que regime é este que permite a 10 (dez!) famílias acumular uma fortuna superior ao rendimento anual de 2 milhões de reformados?

Estas perguntas têm soluções e elas passam, obrigatoriamente, não só por um regime alicerçado numa democracia política, social e cultural, mas, também, numa democracia económica baseada na subordinação do poder económico ao poder político democrático, na propriedade social dos sectores básicos e estratégicos da economia, bem como dos principais recursos naturais e na planificação democrática da economia.

O que é que eles não dizem sobre a economia?

Os problemas do país resultam de vários factores, dois dos quais já atrás nos referimos, como sejam: a natureza, a dimensão e a eficácia da política fiscal e a distribuição da riqueza produtiva. A tais factores junta-se um outro de extrema importância: a economia.

Tivéssemos nós uma economia dimen-

PIB aumentou, a par dos aumentos reais dos salários e das prestações sociais, bem como dos impostos.

Isto é exequível? O nosso país tem condições de aumentar a produção, aumentar os salários reais dos trabalhadores, as reformas e os benefícios sociais, paralelamente à diminuição dos respectivos rácios relativamente ao PIB? É óbvio que tem. Basta olhar para aquilo que é a estrutura de consumo da sociedade portuguesa, comparar tal estrutura com aquilo que se produz, aquilo que se exporta e aquilo que se importa para perceber que está ao nosso alcance atacar o mal das finanças públicas pelas "causas" e não pelas "consequências".

Mercê das opções ideológicas dos partidos do bloco central (PS e PSD), quer no endosseamento à economia de mercado, quer na venda-a-pataco, ao directório sediado em Bruxelas, dos nossos mecanismos de intervenção na área económica, mercê de tal crime lesa-pátria o nosso país foi obrigado a secar a indústria, a abater a frota pesqueira e a abandonar as terras.

O resultado está à vista. O nosso défice comercial foi, em 2003, cerca de 13.661 milhões de euros. Uma parte desse défice é devido à circunstância de termos de comprar o petróleo que não possuímos e de comprar máquinas, equipamentos e material de transporte cuja tecnologia não dominamos.

Mas uma parte significativa daquilo que importamos (que nos leva a despendar divisas e a reduzir o emprego) podia

Sectores económicos	Importação	Exportação	Saldo
Agricultura, produção animal, caça	1.708	276	1.432
Silvicultura, exploração florestal	202	90	112
Pesca, aquicultura	153	81	72
Indústrias alimentares e das bebidas	3.706	1.774	1.932
Total	5.769	2.221	3.548

(em milhões de euros)

sionada às necessidades do país e que crescesse, por exemplo, entre 3% e 5%, por ano, o que é que daí resultava, em termos de percentagem dos salários da função pública e das prestações sociais, relativamente ao PIB?

Para facilitar uma melhor compreensão da importância da economia e agilizar os cálculos, partamos das seguintes premissas:

- Admitamos que, nos próximos 4 anos, os preços se mantêm (inflação zero) e que o aumento real dos salários e das prestações sociais é equivalente, por exemplo, a 1% ao ano.

Caso se verificassem tais premissas os resultados seriam os seguintes:

a) com a economia a crescer 3% ao ano as despesas com funcionários baixavam dos actuais 15,1% para 14% e as despesas com prestações sociais baixavam de 18,6% para 17,2%, relativamente ao PIB;

b) com a economia a crescer 5% ao ano as despesas com funcionários baixavam dos actuais 15,1% para 12,9% e as despesas com prestações sociais baixavam dos actuais 18,6% para 15,9%, relativamente ao PIB;

c) num caso e noutro, embora as despesas diminuíssem relativamente ao PIB, a verdade é que os trabalhadores viam os seus rendimentos aumentarem, em termos reais, 4,1%, o mesmo acontecendo aos beneficiários das prestações sociais. E tudo isto porquê? Porque se produziu mais, o país cresceu em termos económicos, o

muito bem ser produzida por nós, com efeitos multiplicadores, quer a montante, quer a jusante.

Tomemos como exemplo aquilo que se passa na área da nossa alimentação. Os dados sobre o comércio externo, na base da classificação CAE a dois dígitos, relativamente a 2003, foram os do quadro.

Como se vê o país não produz o suficiente para se alimentar, sendo obrigado a comprar lá fora aquilo que podia (e devia) ser produzido cá dentro.

O único sector onde, em termos de comércio externo, na área atrás referida, nos é favorável, é o sector das bebidas e líquidos alcoólicos com cerca de 352 milhões de euros de saldo positivo, verba, contudo, inferior ao défice na área dos cereais.

Estamos a falar de um sector estratégico do país (a alimentação da população) que devia merecer a atenção dos governantes no sentido de que as proteínas, as vitaminas, os hidratos de carbono, os sais minerais, as gorduras e demais componentes da alimentação, fossem produzidos por nós tendo em conta os meios disponíveis. O défice alimentar atrás referido, na ordem de 3.548 milhões de euros, é sublimado pelo Governo, fingindo que não existe, enquanto o défice na área do petróleo bruto, gás natural, coque e produtos petrolíferos refinados na ordem dos 3.283 milhões de euros é hipervalorizado para justificar o desequilíbrio na balança comercial e as dificuldades na área da

PS chumbou propostas do PCP

de apoio efectivo ao movimento associativo das comunidades portuguesas

A maioria absoluta do PS impôs a sua lei e inviabilizou, na Assembleia da República, no dia 23 de Fevereiro, as propostas do PCP de apoio efectivo ao movimento associativo das comunidades portuguesas. As bancadas parlamentares do PEV, BE e CDS votaram favoravelmente os 2 projectos do PCP, assim como o projecto do PSD sobre a mesma matéria.

Na intervenção de apresentação e defesa dos projectos comunistas, a deputada Luísa Mesquita, afirmou:

"Os projectos de lei que o PCP hoje apresenta reconhecem a relevância do Movimento Associativo das Comunidades Portuguesas residentes no estrangeiro que apesar das inúmeras dificuldades têm mantido uma intervenção diversa, empenhada e indispensável, assumindo-se como verdadeiras embaixadas de Portugal nos quatro cantos do Mundo, sobretudo na promoção da Língua e Cultura Portuguesas, substituindo o Estado naquele que é o seu dever constitucional de assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua e o acesso à cultura portuguesas.

Têm sido inúmeras vezes estas Associações a única resposta, o único acolhimento solidário com que contam muitos dos portugueses carenciados, abandonados, idosos ou alvo de deplorable exploração laboral

Por isso as iniciativas agendadas têm dois objectivos:

Em primeiro lugar, consagrar em lei direitos e deveres às Associações, atendendo à especificidade da sua acção e às condições particulares da sua constituição.

Defendemos, nesse sentido, que este Movimento Associativo tenha acesso a

apoios materiais, técnicos e financeiros, por parte do Estado, desde que verificados os necessários requisitos.

Propomos um enquadramento abrangente e plural da intervenção deste tipo de Associações, salvaguardando a realidade plural existente, determinada pelos diferentes contextos geográficos e sustentando a sua continuidade. (...)

O segundo objectivo está traduzido no projecto de criação de um Fundo de Apoio ao Movimento Associativo.

Em 2004, o Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas afirmava que os apoios concedidos pelo Governo a estas Associações eram perfeitamente insuficientes e que a maioria das 4.000 estruturas associativas conhecidas nunca havia recebido qualquer financiamento do Estado português.

E que para assegurar a continuidade das acções nas mais diversas áreas eram indispensáveis efectivos e transparentes apoios financeiros.

O fundo proposto será criado com um valor correspondente a 5% do total das receitas provenientes dos emolumentos consulares, inscritos anualmente no Orçamento do Estado e será gerido no âmbito



do Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a quem cabe assegurar também a avaliação prévia e a fiscalização dos respectivos procedimentos. (...)

Os projectos que apresentamos desenharam um enquadramento jurídico abrangente, desburocratizado e garantem o rigor e a transparência dos subsídios atribuídos.

No que se refere ao Projecto de Lei apresentado pelo PSD consideramos que o articulado da iniciativa relativa ao associativismo português no estrangeiro que agrega matérias no âmbito da criação das Associações e dos apoios às acções por elas promovidas, teria van-

tagem em ver simplificados os procedimentos administrativos propostos.

No entanto, se aprovados os diferentes textos, será possível encontrar em sede de especialidade, condições para a formulação de diplomas que facilitem e melhorem a intervenção e o empenho deste movimento associativo."

O PCP honra assim os seus compromissos, independentemente dos resultados eleitorais.

O PCP não se move pelas percentagens de votos. Move-se por convicções e valores, pelos quais se bate todos os dias e em todas as circunstâncias e não apenas de quatro em quatro, ou de cinco em cinco anos, aquando da colocação dos votos nas urnas. ●

Ex-combatentes emigrantes exigem justiça

A não regulamentação da Lei 21/2004 afecta milhares de ex-combatentes emigrantes que vivem na expectativa de verem os seus legítimos direitos reconhecidos. Além disso, a manutenção desta situação é incompatível com o n.º 7 do artigo 276.º da Constituição da República Portuguesa que estipula "nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do cumprimento do serviço militar ou do serviço cívico obrigatório". O actual Governo não só mantém a discriminação como viola o princípio constitucional da igualdade de tratamento entre cidadãos.

Ao longo dos cinco anos de luta pela defesa dos nossos direitos, a única coisa que obtivemos de concreto foi a possibilidade da entrega dos requerimentos nos consulados.

Quanto ao resto, para além dos discursos oficiais de circunstância que foram inflamados quando em campanha eleitoral e na oposição, resume-se a duas Leis, três Decretos-Lei, várias Portarias, acompanhados de requerimentos, petições, reuniões interministeriais de trabalho, audições na Assembleia da República, audiências nos ministérios, nas embaixadas e na segurança social. Porém há mais de um ano que continuamos à espera da regulamentação da Lei 21/2004 que foi debatida, votada e aprovada na Assembleia da República em Maio de 2004.

Ela permite que os ex-combatentes emigrantes, sem registo na segurança social portuguesa, possam contabilizar o tempo de serviço militar para a reforma. A não regulamentação da Lei para além de ser um



Manifestação de ex-militares emigrantes no Luxemburgo

atropelou ao princípio constitucional já referido é uma injúria e uma manifesta falta de respeito pelos ex-combatentes emigrantes.

António Braga, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, quando da sua passagem por Paris, em Novembro do ano passado, recebeu uma delegação da Associação em França (ARMCPF). Num tom zombeteiro e irónico disse que o Governo de José Sócrates não vai regulamentar a Lei 21/2004. E disse mais: "Aham que o Governo comete uma ilegalidade? Então prendam o Governo! Fomos eleitos por 4 anos, temos tempo", escudando-se ainda com a actual contenção de despesas.

É a nós, emigrantes, que pedem sacrifícios? A nós, que há mais de quarenta anos contribuímos para os cofres do Estado e com envio de remessas superiores aos

fundos comunitários?

Enquanto militares já pagamos com o nosso corpo e o nosso sangue.

Enquanto emigrantes já pagámos e continuamos a pagar com o nosso suor e sacrifícios.

A Lei 21/2004 tem de ser regulamentada, foi para isso que a Assembleia da República a votou, foi para isso que o Presidente da República a promulgou.

O actual Governo tem a "faca e o queijo" nas mãos para resolver esta situação vergonhosa que se arrasta há mais de cinco anos.

Somos cidadãos portugueses que reclamam respeito, justiça e igualdade.

Manuel Gomes da Silva
Presidente da Comissão dos Ex-Militares no Luxemburgo ●

→ competitividade. No nosso país não há petróleo mas há universidades, centros de investigação, terras abandonadas, capitais disponíveis, mão-de-obra qualificada, cujas valências possibilitariam produzir as frutas, os cereais, os produtos hortícolas, a par da captura de pescado e da criação de gado, quer na vertente da produção de carne, quer na produção de leite e seus derivados.

O nosso país dispõe de conhecimentos e meios suficientes para a resolução de uma parte significativa da nossa carência alimentar e de um Partido, o PCP, empenhado no desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País. O que o país não dispõe é de governantes com suficiente cultura democrática, espírito cívico, honestidade e competência capazes de privilegiar o interesse colectivo em detrimento do interesse pessoal e de classe. Há, é certo, um défice orçamental, mas o maior défice é o que resulta das opções ideológicas dos actuais e antigos governante.

* A primeira parte deste estudo foi publicada na edição anterior do nosso jornal.

Anselmo Dias ●

Reforçar o papel da Comunidade

Realizou-se na cidade do Luxemburgo, no passado dia 12 de Fevereiro, o VI Congresso da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo - CCPL. Acontecimento de grande importância e de afirmação deste órgão representativo da comunidade portuguesa neste país. A profundidade e diversidade dos temas tratados no Programa de Acção são reveladoras da maturidade atingida por esta estrutura que também ficou conhecida pela presença de diversas entidades oficiais do Luxemburgo e de Portugal.

O PCP, que foi convidado a assistir aos trabalhos deste VI Congresso, fez-se representar pelo camarada João Armando, membro do Comité Central e da Direcção da Organização na Emigração.

"Somos nós que queremos salvar a língua e cultura para os nossos filhos"

Para nos falar da CCPL recolhemos as declarações de Coimbra de Matos que foi reconduzido no lugar de Presidente da instituição.

Em Movimento: A CCPL foi formada quando e com que objectivos?

Coimbra de Matos: Em 1991 aquando do I Congresso da Comunidade Portuguesa do Luxemburgo foi criada a Confederação das Associações Portuguesas no Luxemburgo (CAPL).

Em 1997, no III Congresso, englobando já o os representantes portugueses no Conselho Nacional para Estrangeiros (CNE) e os representantes das Comissões Consultivas para estrangeiros (CCE), altera-se o nome para CCPL - Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo, de forma a ser mais abrangente.

Os objectivos eram e continuam a ser:

1. Congregar a acção da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo no debate, definição e defesa dos seus interesses colectivos;

2. Promover todas as acções convenientes no sentido de uma integração harmoniosa da Comunidade Portuguesa na sociedade luxemburguesa, com plena igualdade de direitos e, nomeadamente, com direito à conservação e desenvolvimento da cultura e língua portuguesas;

3. Constituir-se como interlocutor central e também como porta-voz da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo junto das autoridades luxemburguesas e portuguesas;

4. Favorecer os contactos e a colaboração entre todas as componentes da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo e a sociedade luxemburguesa;

5. Promover a coordenação, a informação, a formação e a ajuda às organizações filiadas no domínio social, cultural, educativo, recreativo e desportivo.

6. Promover a participação cívica da comunidade portuguesa, quer no Luxemburgo quer em Portugal.

EM: O programa de acção refere como principal objectivo a integração dos portugueses na sociedade luxemburguesa. Isto quer dizer que vão ficar



Coimbra de Matos



VI Congresso da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo

de costas voltadas para Portugal?

CM: Não, de forma nenhuma. Quando falamos de integração não queremos dizer abandono das nossas raízes, das nossas origens, mas sim termos a atitude de cidadania, participarmos activamente na sociedade onde estamos inseridos, pois só desta forma é que os nossos interesses como cidadãos serão tidos em consideração pela sociedade de acolhimento. Falarmos as línguas do país, conhecermos a sua cultura, interessarmos-nos pelo que se passa a nível local ou nacional, é sinónimo de reconhecimento e de integração.

Mas, mesmo se por razões várias, alguns optaram pela nacionalidade luxemburguesa, não quer dizer que viramos as costas a Portugal, (por vezes temos a impressão que foi Portugal que nos virou as costas), se não vejamos, somos nós que continuamos a contribuir com remessas para Portugal, somos nós os turistas que mais gastam em Portugal, somos nós que queremos salvar a língua e cultura para os nossos filhos. Será isto virar as costas a Portugal?

A comunidade portuguesa do Luxemburgo deveria ser mais considerada pelas autoridades portuguesas. Vejamos a sua vitalidade, uma rádio maioritariamente em português de cobertura nacional, vá-

rias rádios de cobertura local, dois jornais semanários, etc, etc. Isto demonstra o apego desta comunidade à sua língua e ao seu país de origem.

EM: Então quais as principais preocupações e reivindicações da CCPL quanto ao Governo português?

CM: Que nos considere como cidadãos portugueses, que nos trate da mesma forma que trata os portugueses que residem em Portugal.

Acha normal que para 80.000 portugueses exista um Consulado com as condições actuais? O Consulado é uma loja do cidadão, pois faz desde o recenseamento militar, até actos civis (casamentos, registos de nascimento, etc.), e quer as instalações quer o número de funcionários ficam muito aquém de uma loja do cidadão de um bairro de Lisboa.

Continua a não existir um diálogo or-

activa dos representantes portugueses em todas as instâncias.

b) O reforço da representação da comunidade nos órgãos consultivos (CNE - Conselho Nacional de Estrangeiros, CCEs - Comissões Consultivas para Estrangeiros, Conselho Nacional de Programas, etc).

O reforço da participação na vida política e social quer no Luxemburgo quer em Portugal

c) Promoção do diálogo e das relações com as autoridades luxemburguesas e portuguesas com vista a facilitar o relacionamento dos cidadãos com o Estado, exigindo um tratamento igual para todos os cidadãos, independentemente das suas origens ou local de residência.

d) A defesa dos interesses dos alunos portugueses, quer na escola luxemburguesa, quer na manutenção do ensino da língua e cultura materna, com especial incidência para os cursos integrados.

e) A promoção e defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, exigindo e colaborando com as autoridades portuguesas na formação profissional, especialmente das mulheres. ●

BRASIL

"Lutar pelos Direitos da Comunidade Portuguesa"

A Organização dos comunistas portugueses que vivem no Brasil, realizou a sua 1.ª Assembleia, que teve lugar em São Paulo.

No decurso dos trabalhos foram debatidas e aprovadas a Resolução política e as propostas de actividade, tendo-se procedido ainda à eleição do Secretariado que ficou composto com os camaradas Alexandre Pereira, Ildefonso Garcia e Maria Félix.

Para além de programar uma campanha de recrutamento, uma campanha de fundos e de tomar medidas quanto à estruturação da organização, a Assembleia manifestou-se contra o mau funcionamento dos serviços consulares, nomeadamente o de São Paulo, tendo decidido apoiar a manifestação a realizar-se junto deste consulado.

Foram também aprovadas orientações e medidas com vista a ampliar o trabalho unitário.

No decurso dos trabalhos, os representantes dos partidos políticos (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro e Partido Popular Socialista) tomaram a palavra para saudar a iniciativa e manifestar a sua solidariedade para com o PCP. ●

Dignificar os imigrantes

Combater a exclusão

A Assembleia da República aprovou um conjunto de alterações à Lei da Nacionalidade, para as quais contribuiu fortemente o PCP através do projecto-lei que apresentou. Todavia, importa agora verificar se a sua aplicação não é obstaculizada através de uma prática administrativa que adopte critérios restritivos.

As principais alterações incidiram sobre a atribuição da nacionalidade portuguesa de origem aos indivíduos nascidos em território nacional, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem a vontade de ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos 5 anos.

Outro aspecto positivo na alteração efectuada é a possibilidade de obtenção da nacionalidade portuguesa por quem viva em união facta com um(a) cidadã(o) português(a), desde que comprovado pelo tribunal cível.

Importante é também a concessão da nacionalidade portuguesa por naturalização aos menores nascidos em território português, filhos de estrangeiros que tenham concluído em Portugal o primeiro ciclo do ensino básico, desde que no momento do pedido os progenitores vivam em Portugal há mais de 5 anos.

Além destes aspectos positivos aqui referidos, há ainda outros aspectos tendencialmente positivos, como sejam a deslocação de certos processos do foro do Ministério da Administração Interna (SEF) para o foro do Ministério da Justiça, retirando-lhes um cariz policial, mas também a inversão do ónus da prova quanto aos requisitos para a obtenção da nacionalidade, cuja falta constitui motivo de oposição a deduzir pelo Ministério Público.

Este avanço em matéria de Lei da Nacionalidade não encerra nem define por si só uma política de imigração. Basta ter-

mos em conta os ataques sem precedentes que estão a ser desferidos nas conquistas sociais e nos direitos dos trabalhadores para facilmente percebermos que também se reflectem sobre os imigrantes, seja nos seus direitos (tal como nos dos portugueses), seja procurando usar a sua situação de fragilidade como onda de choque contra os trabalhadores portugueses no plano do emprego, dos salários. Para não falar da imigração ilegal à qual o patronato recorre sem escrúpulos.

É por isso que, na opinião do PCP, se impõem alterações ao regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Desde logo, impõe-se um efectivo combate à imigração ilegal, pondo fim ao fracassado sistema de quotas, bem como a fiscalização e punição do patronato sobre-explorador.

A actual legislação atribui poderes discricionários e excessivos às autoridades administrativas, especialmente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que, por exemplo, recusa o efeito suspensivo a todo e qualquer recurso que seja apresentado relativamente a decisões de expulsão e aplica indiscriminadamente a pena acessória de expulsão a estrangeiros, após o cumprimento de penas de prisão.

Ora, não é de uma legislação e de uma política assente nestas premissas que Portugal precisa. Combater a imigração ilegal e o trabalho clandestino, fonte de exploração desumana de tantos portugueses e estrangeiros, exige, entre outras medidas, uma política e uma legislação mais democrática.

É neste sentido que o PCP tem vindo a intervir, honrando os seus compromissos e dando corpo ao seu projecto de democracia avançada.

Rui Fernandes

Membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP

Carmindo de Carvalho

Carmindo Pinto de Carvalho vive na Suíça. Publicou 2 livros de poesia, "Entre o ter e o querer" e "Entre os quês e os porquês". Deixamos aqui a sua biografia. Para mais informação consulte <www.abrali.com>, secção ecos da poesia.

Biografia

Nasceu em Nagosa, Moimenta da Beira, a 1.11.1955.

Em 1966 concluiu o ensino básico.

Foi camponês, trabalhador à jorna em trabalhos diversos e operário na construção civil.

Com dezasseis anos foi para Lisboa, "a grande Selva".

Trabalhou como vigilante numa escola privada e posteriormente como empregado num hospital psiquiátrico.

Em 1985 emigrou para a Suíça.

Depois de trabalhos vários, fixou-se numa fábrica de tubagens metálicas.

Durante uma dezena de anos abraçou a vida associativa.

Com paixão, deu muito do seu tempo e da sua "pele" desempenhando cargos vários.

A necessidade da escrita surgiu-lhe tarde, já depois dos trinta anos.

Recusando escrever para a gaveta, entrega ao vento, a leva dos seus trabalhos pelos cantos do mundo e alguns (umas centenas), já foram editados em publicações diversas: Mundo Português, Luso Helvético, Revista da Armada, Portucalense, O Lusitano, Gazeta Lusófona, Notícias da Beira Douro, Revista Pessoas, Mensageiro da Poesia, Horizonte etc.

Cumpriu o serviço militar na Marinha, e ao seu serviço viajou por vários países.

Irrequieto, permanentemente incomformado, munido de uma forte curiosidade e cedendo a vários impulsos, deixou-se levar e em serviço ou lazer, com muito prazer, pisou já cerca de vinte países.

É casado, tem três filhas e vive em Rorschach, cantão de S. Gallen, na Suíça.

Bibliografia

• Entre o Ter e o Querer, Editorial Minerva 2000

• Entre os Quês e os Porquês, Editorial Minerva 2002

• Mensageiro da poesia, Volume I, Associação Cultural Poética, Antologia Poética, vários autores 2000

• Mensageiro, Volume II, 2003

• Mensageiro, Volume III, 2004

• Da outra margem, Antologia Poética de autores da Diáspora residentes em vários países e continentes. Edição Instituto Camões. Lançada em Genebra aquando da feira internacional do livro e da imprensa, em 2001

• Elos da Poesia, Colectânea de poe-



mas de autores de língua Portuguesa, recolhida na Net pelo Grupo Elos da Poesia. Lançado em Lisboa e Brasil

• Ecos da Poesia, Grupo da Net Ecos da Poesia. Autores vários, lançado em Lisboa e Brasil.

Vivas ao vinte e cinco de Abril

Mais um aniversário daquela

Maravilhosa

E inolvidável madrugada

Se aproxima.

Aos homens que nela se envolveram

Pelo trabalho que por certo tiveram

De uma forma

Ou de outra

Muito fizeram

Para que o sonho

Se tornasse realidade em jeito

de agradecimento

E homenagem lhes canto

Agora e sempre lhes cantarei.

Todos os cânticos

Que for capaz de lhes cantar.

Por todos os caminhos

A palmilhar

A todos lugares irei

E cantarei.

Pela reviravolta benéfica que gerou

Na caduca sociedade portuguesa

De então. Pelo que aos olhos

e corações do povo representou

Agradecido cantarei.

Eu, tu, todos nós que não pactuámos
com tal sistema

Que não comemos da mesma gamela

Com tal farnela

O nosso obrigado

Mil vezes amplificado

Para que bem longe se ouça

Aos ventos seja lançado.

Juntos e unidos cantemos: Viva o vinte
e cinco de Abril!!! SEMPRE ●

PASSATEMPOS

Teste a sua cultura

1 - Quem comemora 75 anos, que bodas é que festeja?

2 - Qual é a língua oficial da República do Egito?

3 - Segundo a Bíblia, quem morreu com a idade de 969 anos?

4 - Qual é a vitamina cuja carência provoca o escorbuto?

5 - Como se chama o médico grego, "pai" da Medicina?

6 - Qual o santo padroeiro dos taxistas?

7 - Metade da população mundial vive em quatro países? Quais são?

8 - Quem ficou conhecida como "a dama de ferro"?

9 - Romeu protagonizou um amor célebre. Com quem?

10 - Qual foi a rainha que "perdeu" a cabeça na Revolução Francesa?

Adivinha

1 - O que é que é teu, mas que é usado por quem te conhece?

2 - O que é que nasce a soco e morre à facada?

3 - Porque é que o dinheiro e o segredo são tão parecidos? ●

SOLUÇÕES PASSATEMPOS

3 - Ambos são difíceis de guardar

2 - O pão

1 - O teu nome

ADIVINHA

10 - A rainha Maria Antonieta

9 - Julia

ex-ministra inglesa

8 - Margaret Thatcher

TESTE A SUA CULTURA

1 - As bodas de diamante

2 - A língua árabe

3 - O Patriarca Marçalém

4 - A vitamina C

5 - Hipócrates

6 - São Cristóvão

7 - China, Índia, Rússia e Estados Unidos

Novo cartão de Membro do PCP

Está a decorrer a entrega de novo cartão de Membro do PCP, que só foi emitido aos Membros que preencheram ficha de actualização de dados. Com o novo cartão está ser distribuído também um exemplar do Programa e Estatutos do Partido, de uma edição especial actualizada.

A par das reuniões e diversas iniciativas que estão a ser promovidas pelas organizações de forma a garantir uma ligação regular com os seus membros é ainda necessário desenvolver esforços para contactar muitos outros camaradas que continuam desligados, não preencheram ficha de actualização de

dados e por conseguinte não lhes foi emitido novo cartão.

Os camaradas que se encontram nesta situação podem contactar directamente com o responsável da sua organização ou contactar directamente a Direcção da Organização na Emigração:

PCP Emigração
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa
Tel. 351 21 781 38 00
Fax 351 21 781 38 32
E-mail emigracao@pcp.pt •

CARTAS DE LONGE



"Chumbo..."

Ao saber que o PS tinha chumbado os nossos projectos de Lei sobre o movimento associativo, o senhor **António Madeira**, a residir na Suíça, enviou-nos esta carta, via e-mail.

"Obrigado, por terem tocado num assunto, que já há muito tempo me está a preocupar e a indignar ao mesmo tempo.

Eu já sou emigrante há 25 anos, grande parte deles a fazer parte do movimento associativo. Sei os proble-

mas e dificuldades com que as associações se deparam aqui no estrangeiro, não só falta o apoio monetário, como o apoio jurídico e logístico. Se queremos ter um local aberto, temos de passar por um processo burocrático enorme, por outro lado, as rendas são super caras.

Para comprar um computador, temos de recorrer à generosidade dos sócios, que já suportam todas as outras despesas. Para ter um rancho folclórico activo, temos de comprar os trajes e os instrumentos (...)

Os verdadeiros embaixadores da língua e cultura portuguesas são os emigrantes (...), mas só se lembram dos emigrantes, quando mandamos as remessas para Portugal, porque apesar de tudo continuamos a amar o nosso País, e, ao contrário de alguns, nós mandamos as nossas poucas economias para Portugal. Em Portugal, alguns mandam o dinheiro para contas no estrangeiro." •

O NOSSO MAIS

A UNESCO criou em 1999 o Dia Internacional da Língua Materna, que é assinalado no dia 21 de Fevereiro de cada ano. Recentemente, o Director-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, ao assinalar esta efeméride, afirmou: *"Do primeiro ao último momento da nossa existência, de geração em geração, a língua acompanha-nos, serve-nos e cria-nos. Está no centro da vida familiar, trabalho, escola, política, media, justiça e investigação científica. É também fundamental para a religião".* •

O NOSSO MENOS

Ao declarar, através do secretário de Estado adjunto da Educação, Jorge Pedreiro, que *"cerca de 60% dos professores de portugueses no estrangeiro são destacados, o que representa um encargo muito grande para Portugal, que não se justifica"*, o Governo PS demonstra assim o profundo desprezo pelas comunidades portuguesas, desrespeitando, ao mesmo tempo, o princípio constitucional que obriga os governos a *"assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa"*. •

Um Partido com quem as Comunidades Portuguesas podem contar!

PCP

Por um Portugal com Futuro

"Jeunes des Banlieues" A revolta esperada

Com este título, a revista "O Militante" de Janeiro/Fevereiro, publica um artigo de Angelo Alves, membro do Comité Central e da Secção Internacional do PCP, sobre os acontecimentos ocorridos em França no final do ano passado e que correram mundo.

Uma análise que não se fica pela constatação dos factos que foram notícia, bem pelo contrário aprofunda as razões que provocaram os "distúrbios" que se iniciaram na região de Paris e depressa alastraram pelo país e mesmo além fronteiras. Publicamos aqui uma passagem desse artigo:

"Antiga potência colonizadora, particularmente em África, a França, após praticar autênticos genocídios ou abandonar à desgraça povos por si colonizados, viveu, nos chamados "30 anos gloriosos" do pós II Guerra Mundial, um período de reconstrução e de forte crescimento económico, transformando-se numa poderosa potência capitalista. Crescimento esse feito em grande medida à custa de uma importação em massa de trabalhadores das suas ex-colónias que, auferindo baixos salários e sem capacidade reivindicativa, alimentavam a edificação dos grandes empórios industriais. Essa mão-de-obra barata, altamente explorada e usada nos trabalhos menos qualificados foi ao mesmo tempo sendo "arrumada" nos caixotes de habitação dos arredores de Paris ou de outras cidades industriais e mantida à parte da evolução social, política e cultural da potência francesa.

(...) Com a passagem dos anos surgiram a segunda e terceira gerações, filhos e netos dos operários africanos e magrebins. Jovens, cidadãos franceses que, apanhados num podre círculo de "gue-tização" económica, social, política e cultural, não se sentem hoje nem integrados no seu país de nascimento e na sua sociedade, nem mantêm ligações aos países e culturas dos países de origem dos seus avós ou pais."

o militante

PCP - Reflexão e Prática

Preço capa: 1,5€

Preço assinaturas:

Europa - 6 números: 18,20€

Fora da Europa - 6 números: 25,70€

Distribuição e assinaturas:

Av. Gago Coutinho, 121

1700-029 Lisboa

